

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Atos da Torre Class.: Mineração em AIs
 Data: 22 de Novembro de 1984 Pg.: 55

Índios em perigo, alertam entidades

Várias entidades indigenistas e associações profissionais fizeram ontem sérias denúncias. Segundo elas, as recentes mudanças ocorridas na presidência da Funai, com a nomeação de Nelson Marabuto irão facilitar a assinatura de uma portaria de efeitos genocidas, ao permitir lavra de minérios em áreas indígenas. Em nota distribuída à imprensa, indigenistas, antropólogos e geólogos lembraram que Marabuto foi o maior defensor da portaria que regulamenta a mineração em áreas indígenas. Isto se deu quando ocupava o cargo de assessor de segurança e informação do então presidente Jurandy da Fonseca, durante reunião realizada no órgão, no último dia 27.

Após uma longa reunião, em que analisaram o significado e

consequências das mudanças na Funai, os integrantes da Comissão Pró-Índio-SP, da Coordenação Nacional dos Geólogos, da Comissão pela Criação do Parque Ianomâmi, da Associação Brasileira de Antropologia e Conselho Indigenista Missionário consideraram inaceitável qualquer nova versão que a portaria venha a ganhar. "Os índios são hoje apresentados, por grupos que disputam suas riquezas, como empecilhos ao pagamento da dívida externa mediante exportação de minérios. Assim, a portaria visa a exterminar, de um só golpe, os índios e os minérios de suas terras", diz um dos trechos da nota, também assinada pela Comissão de Direitos Humanos da OAB-SP e Associação Nacional de Apoio ao Índio-Bahia.

Todos os participantes foram unânimes em garantir que a queda de Jurandy da Fonseca foi motivada por sua recusa em assinar a portaria, após receber detalhados pareceres jurídico, antropológico e político das entidades. Os pareceres mostraram que o decreto que permite a mineração nas áreas demarcadas é inconstitucional e representa o fim das terras indígenas, pondo em risco inclusive a sobrevivência dos índios.

Segundo Eunice Paiva, advogada da Comissão Pró-Índio-SP, através da portaria que regulamenta o Decreto n.º 88.985/83, o governo pretende apoderar-se das terras indígenas, criando dificuldades enormes para que os índios mantenham sua maneira de viver e modificando a ecologia.